

# Tensão na reserva

Porto Alegre



Há 10 anos, a convivência com os brancos parecia impossível

Índios caingangues da reserva indígena de Nonoai, no norte do Estado, incendiam sete escolas dos filhos dos 3 mil colonos que vivem ilegalmente em suas terras, e começam a expulsar os camponeses de suas glebas. Nelson Xangrê, cacique da tribo, acusa a Fundação Nacional do Índio (Funai) e alguns políticos da região pela entrada dos agricultores na área caingangue. As autoridades de Nonoai alertam que a produção agrícola do município cairá em mais de 30% com a saída dos brancos da reserva. Em meados de junho os caingangues fazem uma grande festa comemorando a saída da última família de colonos de suas terras.

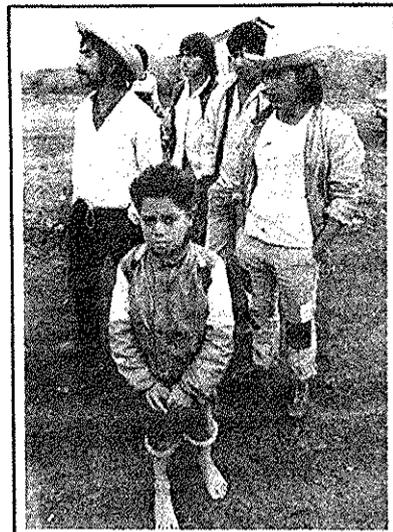
Nonoai, maio de 78

Os índios não estão dispostos a aceitar as ordens da Funai e se recusam a romper os acordos feitos com os agricultores brancos. O conflito cresce e os moradores da região temem o confronto. Pior: a solução do caso parece difícil.

Por CARLOS WAGNER  
Enviado Especial/ZH

Nonoai, junho de 88

O cacique dos índios caingangues da reserva indígena de Nonoai, Adellino Lopes, declara que não permitirá que a Funai expulse os 200 colonos, que estão plantando há um ano na reserva. O delegado da Funai, Sebastião Fernandes Aparecido, de Chapecó, oeste catarinense, responsável pela reserva indígena de Nonoai, desafia o cacique Adellino. E com auxílio da Polícia Federal de Santo Ângelo, região missioneira gaúcha, retirou e confiscou os equipamentos dos agricultores brancos que trabalhavam nas terras dos índios, na semana passada. Ontem, seguiram para Curitiba, no Paraná, o delegado Sebastião e todas as lideranças indígenas para tentar, na Superintendência Regional da Funai, resolver o problema dos arrendamentos clandestinos em Nonoai. Os resultados deste encontro deverão ser conhecidos amanhã.



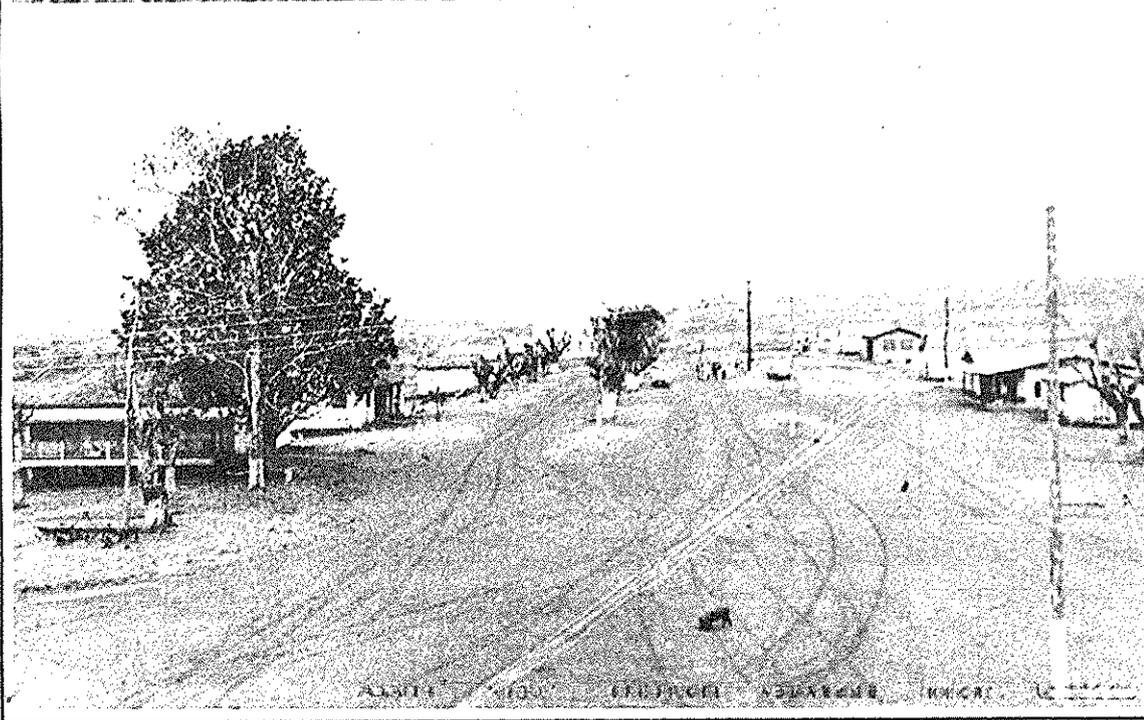
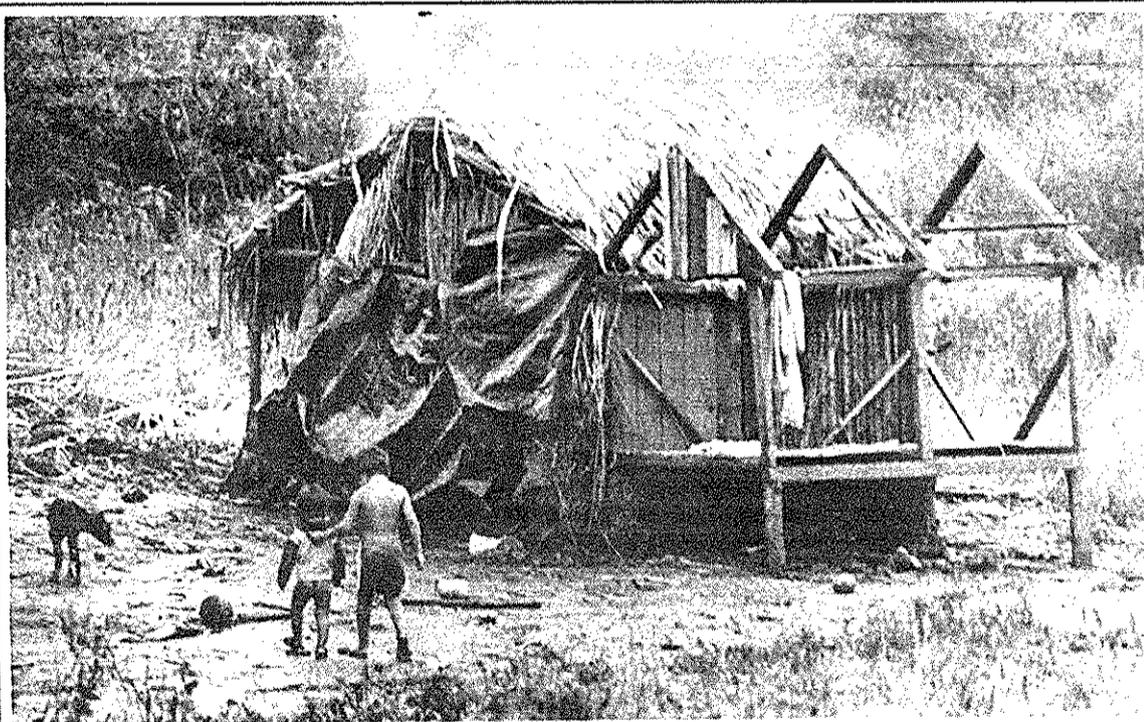
Hoje, os caciques querem acordo

Por que o comportamento dos caingangues, que expulsaram os brancos de suas terras em 1978 e agora lutam pela permanência dos colonos nas terras de Nonoai, mudou tanto no final de apenas uma década? Ela tem muitas explicações por parte das entidades, órgãos oficiais e envolvidos de um modo geral no problema. E de concreto já conseguiu instalar um clima tenso entre os moradores da região que temem acontecer um conflito entre os caingangues, que estão divididos no problema do arrendamento de suas terras aos brancos. Existe o temor de que se repita em Nonoai o que aconteceu em 1983, em Tenente Portela e Miraguaí, a 150 quilômetros a oeste de Nonoai. Lá o cacique Ivo Ribeiro e o seu vice, Domingos Ribeiro, brigaram, disputando o monopólio da venda ilegal de madeira e o arrendamento clandestino de terras, e dividiram a tribo em duas. Neste conflito aconteceram cinco mortes e dezenas de índios foram feridos. Hoje esta é a área indígena mais problemática do sul do país.

### Evitar mortes

Para evitar que Nonoai chegue ao estágio da área indígena de Portela e Miraguaí "é que nós estamos agindo agora", justifica-se o delegado substituído da Funai, agrônomo Ademir Migliavacca, em Chapecó. Mas, ele mesmo admite que não vai ser fácil evitar isto, porque a importância econômica da reserva para Nonoai é muito grande. A reserva tem 14 mil hectares, sendo 8 mil agricultáveis, 2.400 índios, 900 a mais que em 78, uma área florestal respeitável, e existem alguns veios de pedras semipreciosas, que despertam o interesse de garimpeiros dos arredores.

Os brancos que estavam plantando lá somam 200 pessoas. Na safra de soja do ano passado



Reserva de Nonoai: os índios não querem ficar sem os lucros do arrendamento

produziram 40 mil sacas de soja, 30% ficou para os índios, como pagamento do uso das glebas. E já plantaram mais de 600 hectares com trigo, neste ano. Segundo previsão de Antônio Carlos Pozenato, gerente do posto local da Cooperativa Tricolor da Sarandi Ltda (Cotrisal), a volta da área indígena à produção poderia significar um aumento de 20%, ao redor de 200 mil sacas, nas safras de grãos do município. E mais: a auto-suficiência do município na produção de milho e feijão preto.

Pozenato prefere não dar opinião política nesta questão. Diz apenas que "falando tecnicamente traria lucros para todos plantar novamente na reserva". Carmo Serpa, secretário do Planejamento municipal, tem posições contraditórias nesta questão. De um lado afirma que a "prefeitura não se envolve na questão". Do outro fala que seria uma ajuda para a economia municipal, se aquela área voltasse a produzir. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Santo Martin Favero, e o secretário do Sindicato Rural, Pedro Miguel Poglia, concordam com ele, e também acham que a cidade crescerá mais se o branco plantasse na terra dos índios. Nonoai tem 35 mil habitantes, 85% na área rural, 12 mil propriedades rurais, 40% das quais são minifúndios. O orçamento da prefeitura é de Cz\$ 121 milhões. O prefeito da cidade, José Luiz de Moura (PDS), que ontem estava viajando, sempre teve um posicionamento muito claro a respeito da reserva. Defende a idéia de que ela volte a se integrar à produção local. "O que não será admitido pela Funai," alertou o delegado substituído.

De uma certa maneira a entrada da Polícia Federal, na semana passada, na reserva, acompanhada por soldados da Brigada Militar, foi uma demonstração de força da Funai, segundo admite o delegado substituto. E que poderá se repetir, se os camponeses insistirem em voltar àquelas terras, avisa ele. Hoje a situação dos 200 agricultores que investiram na área é no mínimo "preocupante", segundo o advogado de um grupo deles, Arnildo Zanatta, de Nonoai, porque "colocaram lá muito dinheiro, e não sabem se poderão colher a safra". O delegado substituto lembra que "eles sabiam que estavam cometendo um crime, quando arrendaram as terras, que é proibido por lei, portanto que arquem com as consequências". Disse também que no ano passado, "quando começaram os arrendamentos, nós avisamos que iria haver problemas. Inclusive as lideranças indígenas fizeram acordos para terminar com esta prática, e não cumpriram. E foi por isto que agimos agora". Se os colonos poderão ou não tirar a sua produção de lá é uma coisa que se decidirá na reunião que as lideranças caingangues estão tendo neste fim de semana em Curitiba.

O advogado acha que a situação não é bem como descreveu o delegado substituto, porque "o chefe do posto da Funai, Lídio Della Beta, segundo alguns clientes meus, intermediou a transação de vários arrendamentos. Chegou até a cobrar Cz\$ 2 mil por arrendamento. E pelo que sei também chegou a ir na Cooperativa, buscar cheques de pagamentos para os índios. Mais ainda: os colonos têm um contrato assinado pelas lideranças indígenas, que é do conhecimento do chefe do posto da Funai. Portanto, no meu entender, isto tudo mostra que o agricultor não entrou como intruso naquela área, o que vem atenuar a sua situação".

Lídio Della Beta estava trabalhando no posto da Funai em Nonoai em 78, e em Tenente Portela e Miraguaí em 83, quando aconteceu aquele conflito com cinco mortes. Foi transferido para Nonoai no ano passado, época em que começaram os arrendamentos. Ontem ele não foi encontrado na cidade. Segundo o delegado substituto, ele é um funcionário dedicado do órgão, e não existe nada contra a sua conduta. A relação dos nomes dos arrendatários está sendo mantida em sigilo pela Funai. O pessoal do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), do oeste catarinense, concorda com a retirada dos brancos das terras dos caingangues, mas coloca em dúvida se a Funai terá credibilidade junto aos índios para impedir que isto se repita.

#### Aliados inesperados

A credibilidade da Funai vem sendo minada há anos junto às comunidades indígenas, porque sempre comportou-se de maneira prejudicial aos interesses dos índios, analisou Maria Cristina Vigiano, presidenta da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI). Ela diz que retirar ou não os brancos de Nonoai, deverá ser uma decisão da comunidade indígena. E lembrou que "se eles entraram lá, é porque a Funai, há muito, abandonou os índios a sua sorte". A ANAI teve uma participação grande no episódio da expulsão dos colonos de Nonoai, na época era presidida pelo fotógrafo Assis Hoffmann.

Cristina também lembrou mais um fato. Acontece que logo depois do episódio de 78, o pessoal da Funai começou uma perseguição, sem tréguas, às lideranças indígenas, que haviam participado ativamente da revolta. O mais visado foi o cacique, Nelson Xangrê. Ele perdeu a direção da tribo e ficou um bom tempo vagando pelo oeste catarinense. Hoje a Funai o empregou como tratorista. E talvez, por uma destas ironias do destino, o delegado substituto disse que espera contar com ele para impedir os arrendamentos.

Xangrê não foi encontrado ontem na reserva. Francisco Eugênio Santos, delegado da Funai gaúcha, que funciona em Passo Fundo, ajuda os seus colegas de Chapecó em Nonoai, e ontem disse entender que a ANAI está sendo injusta, quando acusa a Funai de ter abandonado aquela reserva. Lembra que "neste ano já foram investidos lá Cz\$ 5 milhões". Este dinheiro, segundo o cacique Adelino Lopes, "foi insuficiente para nossas necessidades".

O cacique lembrou que "a comunidade discutiu muito esta história dos brancos voltarem a plantar nas nossas terras. E se admitimos isto é porque o índio está necessitado. E a única maneira de conseguirmos dinheiro para fazer as nossas coisas é deste modo".

O cacique tem fama de ser homem experiente nas lides políticas.

É por isto que ele e o seu vice-cacique, Darci Camillo, fazem questão de deixar o ponto mais polêmico deste episódio bem claro. Dizem que estes arrendamentos não colocariam novamente os brancos de posseiros na área, porque eles têm como condição que o arrendatário tenha terras, e que resida fora da reserva. Mais ainda: estabelece o pagamento em porcentagens do que for produzido. E que, além disto, o arrendatário fica obrigado a preparar a terra (arar, adubar e colocar semente) para um número de famílias indígenas, que é estabelecido conforme a quantidade de hectares arrendados. Um funcionário da Funai disse que "esta fórmula é um meio do cacique, e um pequeno

número de índios ficarem bem de dinheiro, enquanto o resto da tribo passa dificuldades".

Dentro da tribo caingangue o assunto dos arrendamentos é tratado a boca pequena. Nenhum índio pronunciou-se publicamente contra o cacique. Mas há uma oposição à idéia do arrendamento. E os opositores estão se aglutinando ao redor do irmão do cacique, José Lopes, que, de uma certa maneira, conta com a simpatia da Funai. Ele ontem não estava na reserva. Mais ainda: este racha na tribo pode aumentar. Acontece que se até setembro, época que começam os arrendamentos de áreas para a lavoura de soja, uma das mais lucrativas do Estado, o pessoal da Funai não tiver convencido o cacique, através de investimentos na área, a não

arrendar terras, os colonos voltarão a plantar na área, apesar da ameaça da Polícia Federal.

E se os arrendamentos se intensificarem, as contradições do atual plano de salvação econômica da tribo caingangue, pensado pelo cacique, irão aumentar. Um deles diz respeito a 40% da tribo, que mora nos terrenos dobrados da reserva. Estas áreas os brancos não arrendam, porque não podem ser usadas máquinas. E é justamente entre este pessoal que estão os remanescentes dos que engrossaram as fileiras daquele contingente que se rebelou em 78. Se eles farão a mesma coisa, caso a situação se complique, ninguém sabe. Há uma ala da Funai que aposta que sim.

#### Aposta na realidade

O cacique está apostando alto, nesta questão dos arrendamentos. Ele acredita que a tribo se sensibilizará para problemas como os do Pinhalzinho. Lá vivem 600 índios que plantam só cinco hectares para o sustento. Segundo o caingangue Argemiro Tomasi "o índio tem força para fazer a sua roça, mas não tem como fazer, porque não tem o mesmo dinheiro que os brancos, para comprar as sementes". As lideranças dizem que o pessoal da Funai quer esconder o sol "com uma joieira (peneira)", não reconhecendo problemas como o do Argemiro, que são abundantes por lá.

O delegado substituto da Funai lembrou o seguinte, a respeito desta colocação das lideranças: "Nós temos exemplo da reserva de Ibirama (Itajá). Lá os brancos fizeram um esquema para explorar as madeiras com os índios. Assim que a madeira terminou eles começaram a executar os indígenas na Justiça, para retirar os tratores. Aqui, se eles conseguirem plantar novamente na área, assim que a terra se esgotar, eles desaparecem, aposto isto". Aliás, a Funai também está apostando alto nesta história. Segundo um funcionário eles querem começar retirando os brancos de Nonoai, que é mais fácil, já que recém começaram a entrar na área, e depois atacar o problema maior: acabar com a venda ilegal e o arrendamento clandestino em Tenente Portela e Miraguaí. O delegado gaúcho da Funai não descartou a "possibilidade de ser posta em prática esta medida saneadora". Isto daria prestígio para a Funai, junto aos segmentos da sociedade que defendem os índios.

#### Reunião de Curitiba

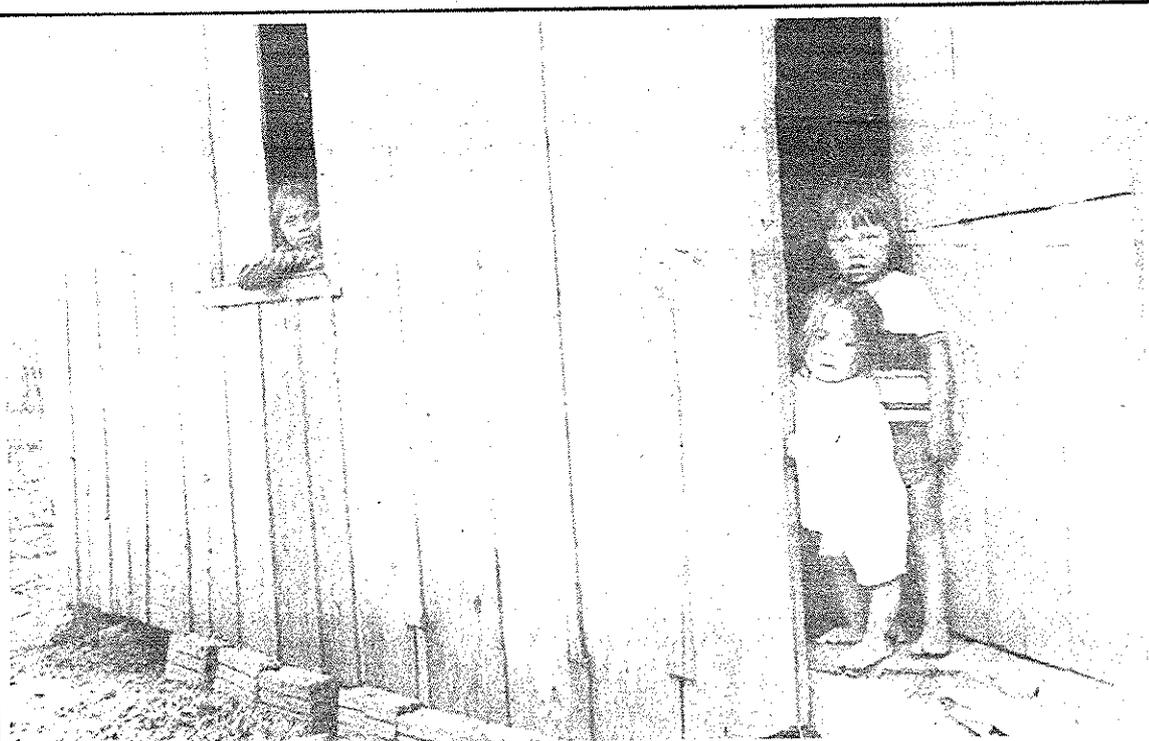
No final da tarde de sexta-feira as lideranças indígenas de Nonoai ainda não tinham chegado a um denominador comum com os representantes da Funai. O cacique Adelino Lopes seguia inflexível na sua idéia de tirar dinheiro para o sustento da tribo dos arrendamentos. Por parte da Funai, havia a promessa de colocar em prática um "Plano de Emergência", que em linhas gerais, prevê investimentos na lavoura.

De parte do pessoal da ANAI existia a intenção de "dar um pulo" a Nonoai, para ver a situação de perto. Os militantes do CIMI, de Xanxerê, oeste catarinense, também mostraram-se interessados no assunto. As máquinas dos colonos, tratores e arados, que estavam presos no destacamento da Brigada Militar, foram entregues aos seus donos. Segundo o delegado de Polícia de Nonoai, Araceli Soares da Silveira, "eles tornaram-se fiéis depositários". Na segunda-feira, quando as lideranças retornarem de Curitiba deverão trazer uma das informações mais desejadas pelos colonos que plantaram na reserva: se eles poderão ou não retirar a sua produção de trigo. E para o povo da região uma certeza: a tensão está de volta na área indígena de Nonoai.

# Tensão na reserva

## Polícia impede entrada dos colonos na área

Carlos Alberto Silva/ZH



Cacique Adelino (à direita): "O dinheiro da Funai foi insuficiente para as necessidades da reserva"